



O que FHC oferece aos aliados

O documento que o presidente Fernando Henrique Cardoso deverá apresentar aos partidos políticos na terça-feira, com a agenda para seus dois últimos anos de governo, pretende servir, na definição de um ministro, "para reconstruir uma aliança política". O novo ministério só será definido depois de uma reação formal dos partidos às propostas do presidente. A expectativa é que a nova aliança seja do tamanho da velha, com PSDB, PMDB e PFL, exceto ACM.

O documento terá um pouco de tudo. Vai listar verbas mais generosas para a área social, mas também vai lembrar que os R\$ 18 bilhões da CPMF acabam em junho do ano que vem. Como não há disposição para cortar gastos, será preciso recompor os recursos. Se for para manter a CPMF, a emenda constitucional terá que surgir até meados do ano, antes que o orçamento para 2002 seja fechado. Ficará na conta do passivo dos aliados.

O ritual vai tentar, é claro, dissipar o impacto político do rompimento com ACM. Mas a raiz da idéia é mais antiga. Desde novembro do ano passado a equipe econômica e outros ministros se reuniram meia dúzia de vezes para discutir a agenda para 2001 e 2002. Em três destas reuniões, no Conselho de Política Econômica, o presidente participou. A turbulência política recente aumentou o estímulo para o governo tentar ampliar o impacto do anúncio.

Não deverá haver, contudo, grande novidade. "Não é um documento para trazer coisas novas e sim para focar a ação do governo e gerar compromissos", diz o mesmo ministro. "Não tem coisas bombásticas, até porque o presidente não é homem de gostar de pirotecnia".

Uma preocupação do governo será tentar passar a idéia de que a nova ênfase na agenda do desenvolvimento, na infraestrutura e nos gastos sociais não nasce de um mea culpa em relação ao que os adversários chamam de "obsessão" com a estabilidade dos últimos seis anos. A tentativa será vender a idéia de que foi o sucesso com a estabilidade que permitiu a mudança de ênfase.

O prato mais suculento que o presidente terá a oferecer aos partidos são os gastos sociais. Só em programas que implicam em transferência de renda, ou seja, onde há benefícios que não são gerados por contribuições, como o de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, Funrural e Loas, o governo terá R\$ 20 bilhões este ano e R\$ 30 bilhões no próximo. Novos programas, como o para as metrópoles, serão listados, mas, o grosso será consolidação do que já existe.

O documento passará por pontos conhecidos da agenda do desenvolvimento, da infraestrutura, de fatias da antiga reforma tributária, da independência operacional do Banco Central. Nada que já não tenha sido repetido muitas vezes em Brasília.

Faz sentido reempacotar programas e números conhecidos e tentar relançar o governo tanto quanto se tenta relançar sua aliança política?

A verdade é que o segundo mandato de FHC deverá ser o primeiro governo brasileiro, em muitas décadas, em que o ciclo econômico deverá seguir o ciclo político -a menos, é claro, que uma nova crise externa aborte a retomada do crescimento. Este é um princípio básico da cartilha de iniciação política de qualquer país desenvolvido, mas é um fenômeno novo no país.

No período militar, não havia porque se preocupar muito com ciclos políticos. Sarney fez o oposto do que manda a cartilha: quis tanto prolongar de forma artificial as benesses políticas de seu plano econômico que comprometeu o final de seu mandato numa melancólica barafunda econômica e política. Collor não cumpriu ciclo nenhum; Itamar não teve um ciclo completo. No primeiro mandato, FHC quis comprar apoio político com câmbio controlado e acabou engolfado por uma sucessão de crises econômicas.

Neste segundo mandato, o enredo está dando certo, pelas razões erradas. Não foi FHC que decidiu flutuar o câmbio no primeiro mês do seu governo; ele foi tragado pelo mercado. Teve méritos, contudo, no segundo semestre de 99, quando sua impopularidade bateu no fundo do poço. Quando a mídia era inundada por diagnósticos de "sarneyzação" do governo FHC e alguns discutiam se haveria "governabilidade" para levar o segundo mandato ao fim, o presidente poderia ter escolhido a opção fácil, à la Sarney, de comprar popularidade a curto prazo, ainda que às custas de comprometer o futuro. Não o fez, manteve o rumo e foi recompensado.

Começa sua segunda metade de governo com o câmbio flutuante consolidado, a inflação sob controle e as contas fiscais em ordem. Abriu espaço para algum crescimento e para concentrar gastos, nos últimos dois anos, no que pode ajudar sua biografia e seu cacife sucessório: em gastos sociais e numa agenda de desenvolvimento. Desistiu das batalhas por reformas constitucionais desgastantes e reduziu sua dependência do Congresso.

Vai dar certo? O crescimento continua dependendo de tranquilidade externa e o horizonte político continua sujeito a crises inesperadas. O script do presidente aposta, de toda forma, em encerrar o ciclo político no auge do ciclo econômico. No fundo, esta é a verdadeira oferta de FHC aos partidos.

Celso Pinto é diretor de Redação e escreve às quintas-feiras.

E-mail celso.pinto@valor.com.br